

A LEITURA E AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ATUAL CONFIGURAÇÃO DE SOCIABILIDADE CAPITALISTA: era da informação ou da indeterminação?¹

Maria da Glória Serra Pinto de Alencar*

RESUMO

Reflexões sobre a leitura e as novas Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC como possibilitadora ao acesso à informação no enfrentamento às desigualdades sociais na atual configuração de sociabilidade capitalista. Discute sobre a exclusão digital como decorrência da própria exclusão social. Adverte que o obstáculo maior ao acesso à informação via TIC, deve-se ao grave quadro social do Brasil, pela não efetividade das ações do Estado. Enfatiza a necessidade da prática da leitura como instrumento capaz de possibilitar o uso autônomo e crítico das TIC pela classe trabalhadora.

Palavras-chave: Leitura. Novas Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC. Exclusão Digital. Desigualdades Sociais. Brasil.

* Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão, Brasil. E-mail: glorinha500@hotmail.com.

"Nem o rádio, nem o cinema, nem a TV, nem a internet (quem lê tanto e-book?) foram capazes de dizimar a mágica da leitura, o fetiche do livro como objeto físico, palpável, 'cheirável'." Zeca Baleiro

I INTRODUÇÃO

O surgimento das chamadas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), principalmente nestas últimas décadas, despertou, nos novos ideólogos da modernização ou do capital, um interesse ímpar em se entender como as TIC contribuem para uma nova dinâmica na sociedade. Sociedade essa denominada, pelos que discutem essa temática, como Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento, Sociedade Pós-Industrial ou, ainda, Era da Informação, Era do conhecimento, dentre tantas outras designações. Nesse sentido, preconizam que

a sociedade, de um modo geral, deve participar efetivamente dessa nova dinâmica.

Incorporando essa lógica, teóricos, principalmente dos países dependentes, começam a discutir sobre a questão da inclusão digital, que seria a inclusão dos indivíduos na Sociedade da Informação, compreendendo a sua participação e acesso ao complexo e heterogêneo conjunto de bens, aplicações e serviços advindos das TIC e utilizados para produzir, distribuir, processar e transformar a informação.

Entretanto, não se pode pensar em inclusão digital sem nos remetermos à inclusão social. Além disso, as ações de inclusão digital não devem se limitar tão somente à questão do acesso, servindo apenas para ampliar os números das estatísticas. Torna-se necessário que a classe trabalhadora efetivamente aproprie-se das novas tecnologias e para isso a prática da leitura crítica é condição essencial para atingir tal meta.

Dessa forma, apresentam-se alguns enfoques na tentativa de uma compreensão mais crítica e reveladora das diversas nuances que envolvem tal problemática.

¹ Parte desse texto compreende trechos originais extraídos da tese da autora, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, intitulada "A POLÍTICA BRASILEIRA DE INCLUSÃO DIGITAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: o elo perdido do Programa Casa Brasil", em 2013.

2 A LEITURA E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ATUAL CONFIGURAÇÃO DE SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Na segunda década do século XXI, os apologistas das novas Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC ainda proclamam que estamos em uma nova era: a da informação. Era da informação e do conhecimento ou seria, por trás de todo o apelo ideológico que permeia esse discurso, a era da indeterminação?

O advento da revolução tecnológica está, na realidade, relacionado com a reestruturação produtiva capitalista que se manifesta sob a égide da ideologia neoliberal iniciada na década de 1970 no centro do capitalismo mundial e, a partir da década de 1990, no Brasil. Assim, ao mesmo tempo em que os ideólogos do capital tecem o seu discurso tecno-ufanista sobre a nova sociedade da informação, a teoria marxista contribui para o entendimento dessa nova configuração de sociabilidade capitalista, alertando para o fato de que, na verdade, estamos ainda vivenciando uma nova fase de intensas redefinições do capitalismo. Oliveira (2007, p. 34), numa análise consistente sobre a realidade brasileira, denomina tal fase de era da indeterminação: “[...] trata-se de um novo processo no capitalismo mundial, cujas expressões são ainda mais fortes na periferia[...]” Santos (2007, p. 292), ao se referir à análise de Oliveira (2007), destacou: “[...] a era da indeterminação inaugura-se com os efeitos da financeirização do capitalismo, da explosão da dívida externa e da perda da centralidade do trabalho provocada pelo avanço tecnocientífico da Terceira Revolução Industrial[...]”

Isso significa atestar que a Terceira Revolução Industrial ou Revolução Tecnológica é uma revolução industrial capitalista pautada, em sua constituição, pelas reformas neoliberais. A chamada Sociedade da Informação é uma sociedade da exclusão.

O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, caracterizado como um dos elementos determinantes dessa nova era, está intrinsecamente relacionado ao processo de mundialização do capital, à reestruturação produtiva e aos fenômenos que deles decorrem, como: o desemprego, a flexibilização e a

precarização do trabalho e a perda de conquistas sociais por parte dos trabalhadores. (BOLAÑO, 2005, p. 2).

Assim, essa nova configuração capitalista, impulsionada pela lógica neoliberal que tenta a todo custo remover o trabalho da posição central que ocupa na estrutura dessa forma de organização societária, tem gerado “[...] uma descomunal ‘sociedade dos excluídos’, esparramada mundialmente e para a qual as tentativas de resolução, nos marcos da lógica societária contemporânea, não passam de um exercício de manipulação[...]” (ANTUNES, 2005, p. 24).

Dessa forma, sendo as inovações das TIC e a financeirização do capital (inovações/especulações financeiras) os elementos que movimentam o capitalismo contemporâneo (FARIAS, 2003), a classe trabalhadora² deve “ajustar-se” às essas novas exigências do mundo do trabalho como forma de garantir a sua sobrevivência, necessitando, então, da sua capacitação em relação ao uso das TIC. Os países periféricos que não fazem parte do centro do capitalismo mundial devem, assim também, buscar a inovação e o domínio das tecnologias mais avançadas como uma meta para que possam sobreviver na nova ordem mundial.

Ademais, a questão da inclusão digital no Brasil, no contexto da ideologia neoliberal, encontra-se pautada nos aspectos da modernização e da inovação, assumindo, também, como pressuposto, “[...] a necessidade de se buscar um ‘novo perfil de qualificação’ do trabalhador[...]” que atenda as exigências do novo padrão produtivo e tecnológico no atual contexto de globalização da economia, substituindo o paradigma taylorista-fordista. (LIMA, 2004, p. 117).

Para atender as exigências dos organismos internacionais e como forma de suprir a “demanda” desse novo perfil do trabalhador, iniciam-se os debates a respeito da inserção do Brasil na propalada “Sociedade da Informação”, desencadeando diversas ações do Governo Federal, cujo objetivo principal seria o de promover a “inclusão digital” como forma de

2 O termo “classe trabalhadora” é empregado aqui referindo-se aos indivíduos que não possuem os meios de produção conforme Marx e Engels conceberam: compreende o proletariado como a classe dos trabalhadores assalariados modernos, **despossuidores de meios de produção próprios** e obrigados a venderem sua força de trabalho para sobreviverem.

atenuar a desigualdade social que se instala a partir dessa nova sociabilidade capitalista, apesar de sabermos que é típico do capitalismo dividir, marginalizar e excluir. Ou seja, diante desses aspectos conjunturais e estruturais, começam a proliferar inúmeras iniciativas de programas governamentais, no sentido de resolver uma das expressões atuais da questão social: a exclusão digital.

Com todo esse apelo ideológico, fortemente disseminado na sociedade brasileira, torna-se impossível não procurar adequar-se ao que está sendo exigido. Assim, o acesso às TIC é condição *sine qua non* para acompanharmos as transformações na sociedade atual.

Nesse sentido, partimos da compreensão, então, de que a inclusão digital não deve se limitar apenas a uma instrumentalização básica de uso das TIC, mascarando uma realidade cujo objetivo principal é negar a luta de classes, mas sim como uma proposta de oferecer à classe trabalhadora condições de desenvolver a sua própria consciência, para que esta não se torne um elemento passivo diante do “[...] fenômeno social fundamental da sociedade capitalista: a transformação das relações humanas qualitativas em atributo quantitativo das coisas inertes [...]”, (GOLDMANN, 2008, p. 122), o fenômeno da reificação ou da coisificação, que transforma toda atividade humana em objeto, fazendo com que este assuma um valor acima do homem.

Defendemos uma concepção de inclusão digital que possibilite o uso crítico das TIC, tendo em vista o potencial que tais tecnologias oferecem ao se apresentarem como uma estratégia global capaz de mobilizar grandes massas da classe trabalhadora, podendo se constituir como um instrumento de luta para que “[...] os novos ‘proletários’ deste mundo adquiram mais meios de se informarem e organizarem uma alternativa à atual [...]” ordem existente, (ALMEIDA, 2002, p. 154), possibilitando a superação de toda e qualquer forma de exploração, humilhação e dominação do homem pelo homem. (FARIAS, 2009).

Isto é, mesmo garantindo-se o acesso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação, não está assegurada a apropriação autônoma e o uso efetivo das potencialidades que tais tecnologias, principalmente a Internet, possam vir a oferecer.

Nesse sentido, Mattelart (1994, p. 284) salienta que os meios de comunicação têm um

papel muito importante a cumprir no processo de transformação e propõe uma reflexão sobre “[...] o papel ativo do receptor e a necessidade de estudar as práticas cotidianas dos usuários segundo uma lógica de produção ou apropriação e não mais segundo a lógica da reprodução [...]”.

[...] tal situação deve ser combatida com um processo de oferta universal de acesso aos equipamentos, às redes, às linguagens, sem restringir-se a aplicativos e sistemas, mas estendendo-se à própria cultura da rede mundial. Apropriar-se das tecnologias significa desenvolver e aperfeiçoar habilidades que vão de tarefas básicas, como: escrever um e-mail ou reconhecer um *spam*, a atividades complexas, como: pesquisar de maneira eficaz, acessar serviços ou produzir um vídeo digital e transmiti-lo via web. Isso quer dizer que muitos aspectos da inclusão digital não estão nas máquinas nem na relação com as máquinas e, sim, no processo global de inclusão social. (ASSUMPÇÃO; MORI, 2006, p. 17).

É nesse sentido que a leitura tem papel preponderante para a aquisição das condições de se fazer uso crítico das TIC, possibilitando a apropriação autônoma das mesmas. Como pesquisar de maneira eficaz, como nos alerta Mattelart (1994), sem compreendermos o que estamos realizando? Targino (2006, p. 43) nos oferece o seguinte esclarecimento sobre esta questão:

[...] a fim de que possa usufruir todos os recursos disponíveis em redes, de forma racional, lógica e ágil, o indivíduo necessita aprimorar a sua postura seletiva, recorrendo a mecanismos distintos, que incluem desde o simples hábito de leitura de resumos/*abstracts* à priorização de publicações especializadas, mas sobretudo, o completo domínio dos procedimentos de utilização das novas tecnologias. (TARGINO, 2006, p. 43)

E como obter completo domínio de uso das TIC sem que se tenha as habilidades necessárias para a prática da leitura? Em um país tão desigual como o Brasil, em que as TIC não estão asseguradas para o conjunto da classe trabalhadora, não seria mais adequado erradicarmos as inúmeras iniquidades geradas pelo capitalismo?

Poderíamos até pensar, de imediato, que a Internet e as TIC possibilitariam a melhoria da leitura e da pesquisa escolar em razão das inúmeras potencialidades que estas oferecem, porém, o que se presencia é que a internet tem sido muito mais utilizada como uma ferramenta de bate papo nas redes sociais. (FERREIRA; ALENCAR; BOTTENTUIT, 2011).

Ademais, considerando as implicações políticas, as quais se encontram vinculadas às econômicas e sociais, que historicamente formaram barreiras para o acesso público, não se pode pensar que a Internet seja, de imediato, a certeza de acesso público ao conhecimento. Não basta fornecer equipamentos de *hardware* e *software* às instituições públicas; precisamos, na verdade, combater algumas mazelas que se formaram ao longo da história, como: o analfabetismo, a fome, a pobreza e o abandono em que se encontra a maioria da população brasileira.

Ao lado da tão chamada Sociedade da Informação, reside outra, muito mais populosa, que é a sociedade não informada e não conectada. A sociedade brasileira, caracterizada historicamente por alarmantes índices de desigualdades regionais, sociais e educacionais, não permite generalizar que se está em uma "Sociedade da Informação".

Afinal, em um país com 11,4% de analfabetos entre as pessoas acima de dez anos de idade e com 50,7% da população recebendo até dois salários mínimos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, realizada pelo IBGE, em 2001, qual o sentido de se falar em exclusão digital? A exclusão digital não seria uma mera decorrência da exclusão social? Seu enfrentamento não seria consequência da melhoria de condições de vida e renda da sociedade? Em outras palavras, até que ponto o combate a essa exclusão seria importante diante de tantas carências? (SILVEIRA, 2008, p. 43).

Embora a análise de Silveira reporte-se a dados de 2001, tal situação foi praticamente inalterada pelo último Censo realizado em 2010, o que comprova que a taxa de analfabetismo no país reduziu apenas para 9,6% e, ainda em relação aos rendimentos, os dados são praticamente os mesmos: 50% da população recebe menos do que um salário mínimo. (INSTITUTO BRASILEIRO

DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Parece que, diante desse quadro, a sociedade brasileira apresenta-se como imatura, sem condições de perceber a importância das TIC como propulsora de desenvolvimento. Não porque estas não possam efetivamente possibilitar o acesso à informação e assim contribuir sobremaneira para a alavancagem econômica, social e política do país, mas porque os indicadores sociais, ao longo do processo de construção da sociedade brasileira, ainda não conseguiram ultrapassar patamares mínimos de garantia de melhoria de condições de vida e renda para a grande parte da população.

Além disso, percebe-se que o advento das novas TIC, em vez de diminuir, aumenta ainda mais a desigualdade social, como nos acrescenta Targino (2006, p. 59): "Em suma, é impossível relegar o descompasso e o *gap* que há entre as sociedades que detêm as informações e o monopólio da produção dessas tecnologias e aquelas que, como a brasileira, destinam-se mais a consumi-las e absorvê-las [...].".

Na verdade, precisamos enfatizar mais as necessidades humanas do que todo esse aparato tecnológico que nos é apresentado como uma panaceia para todos os males.

Também não podemos perder de vista que as formas ou modalidades de acesso à informação, capaz de possibilitar a produção de conhecimento, não estão asseguradas para todos. E estas, as formas de acesso (*hardwares* e *softwares*), são bens materiais, esgotáveis e tangíveis. E nunca foram produzidas pensando no homem e no seu desenvolvimento social.

As TIC (modalidade de acesso à informação), vista aqui como fruto de conflitos e interesses, estão vinculadas à lógica do capital, excludente em sua essência. Foram criadas e sobrevivem preocupadas com a produção.

Neste sentido, a sociedade da informação está posta para mascarar ou, não enxergar, a dominação que existe. As TIC estariam então, a favor dos excludentes e não dos excluídos. As informações que proliferam nas redes de informação e comunicação, diga-se Internet, estão muito mais a favor da preservação do conhecimento da classe dominante do que o contrário. Assim, como, no seu processo histórico, a biblioteca sempre esteve relacionada e comprometida com o poder dominante. O que nos permite concluir que grande parte da

classe trabalhadora sempre esteve à margem de sistemas informacionais que pudessem conduzi-los a uma prática efetiva de leitura crítica, condição básica para que esta possa adquirir a sua consciência de classe e lutar por seus interesses.

3 CONCLUSÃO

O apelo ideológico que a elite dominante passou a difundir, a partir do final do século XX e início do XXI, voltou-se para o fetichismo tecnológico acerca de uma suposta inclusão digital.

É como se essa nova configuração de sociabilidade capitalista, decorrente do uso intensivo das TIC, funcionasse em benefício da classe trabalhadora, visando a oferecer melhorias para a sua vida, inclusive potencializando a leitura midiática. Desse modo, a inclusão digital é apresentada como a “solução” para todas as expressões da questão social.

Apesar de admitirmos que, ao possibilitar o uso crítico e autônomo das TIC, acessando informações que não reproduzam o modelo social vigente, a inclusão digital possa se constituir como uma atividade voltada para a emancipação do homem, tais tecnologias, conforme discutimos, nunca foram produzidas destinadas à real satisfação das necessidades humanas.

Enfim, para que se possa realmente acreditar em uma possibilidade da prática da leitura crítica por intermédio do uso das novas mídias ou TIC, necessário se faz concebê-las para além do capital (MÉSZÁROS, 2002), e não relacionadas a este, de tal maneira que dissimule as contradições que se ocultam ou se fetichizam na realidade contemporânea.

Dessa forma, torna-se necessário, então, que através da leitura a classe trabalhadora efetivamente aproprie-se das novas tecnologias, utilizando-as de modo autônomo e crítico para que consiga desenvolver sua consciência de classe de modo a favorecer a luta por seus interesses.

READING AND INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY IN THE CURRENT CONFIGURATION OF CAPITALIST SOCIABILITY: the information age or indeterminacy

ABSTRACT

Thoughts on reading and the new Information and Communication Technologies-ICT as enabler of access to information in dealing with social inequalities in the current configuration capitalist sociability. Discusses the digital divide as a result of their own social exclusion. Warns that the biggest obstacle to access to information via ICT, due to the severe social context of Brazil, not the effectiveness of government actions. Emphasizes the need to practice reading as an instrument to enable autonomous and critical use of ICT by the working class.

Keywords:

Reading. New Information and Communication Technologies-ICT. Digital Divide. Social Inequalities. Brazil.

Artigo recebido em 17/03/2013 e aceito para publicação em 15/07/2014

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F. de. Lutas Sociais na nova (des) ordem: o 11 de setembro e após. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, 2002.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

ASSUMPÇÃO, R.; MORI, C. **Inclusão digital**: discursos, práticas e um longo caminho a percorrer. Disponível em: <<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao>>. Acesso em: 31 ago. 2009.

BOLAÑO, C. R. S. **Sociedade da informação, reestruturação produtiva e economia do conhecimento**. **Telos**, jul./set. 2005. Disponível

em: <<http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

FARIAS, F. B. de. A economia política do financeiro. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v.7, n.2, p. 141-174, jul./dez. 2003.

_____. *Aula expositiva sobre o Estado*. São Luís, 2009.

FERREIRA, M. M. ; ALENCAR, M. da G. S. P. de; BOTTENTUIT, A. M. Tecnologias de informação e desigualdades sociais no Brasil: acesso à informação e contradição do Estado democrático. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE BIBLIOTECARIOS, ARCHIVISTAS Y MUSEÓLOGOS, 3., 14-16 sept. 2011, La Paz. **[Trabalhos apresentados]**. La paz: Biblioteca y Archivo Histórico de La Asamblea Legislativa Plurinacional, 2011.

GOLDMANN, L. A reificação. In: LÖWY, M. ; NAÏR, S. **Lucien Goldman**, ou, A dialética da totalidade. São Paulo: Boitempo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MATTELART, A. **Comunicação-mundo**: história das ideias e das estratégias. Petrópolis: Vozes, 1994.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIMA, V. F. S. de A. **Qualificação e emprego no Brasil**: uma avaliação dos resultados do PLANFOR. 2004. 189 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

OLIVEIRA, F. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: _____; RIZEK, Cibele Saliba. (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, L. G. Brasil contemporâneo: estado de exceção? In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVEIRA, S. A. da. **Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica**. Disponível em: <www.cgee.org.br>. Acesso em: 12 nov. 2008.

TARGINO, M. das G. Internet e a sociedade: um sonho a mais? In: _____. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Teresina: EDUFPI, 2006. Cap. 4, p. 39-61.